

VI ENCONTRO VIRTUAL DO CONPEDI

DIREITOS SOCIAIS, SEGURIDADE E PREVIDÊNCIA SOCIAL I

MARCELO NEGRI SOARES

CARINA DEOLINDA DA SILVA LOPES

MARIA CRISTINA ZAINAGHI

Todos os direitos reservados e protegidos. Nenhuma parte destes anais poderá ser reproduzida ou transmitida sejam quais forem os meios empregados sem prévia autorização dos editores.

Diretoria - CONPEDI

Presidente - Prof. Dr. Orides Mezzaroba - UFSC - Santa Catarina

Diretora Executiva - Profa. Dra. Samyra Haydêe Dal Farra Naspolini - UNIVEM/FMU - São Paulo

Vice-presidente Norte - Prof. Dr. Jean Carlos Dias - Cesupa - Pará

Vice-presidente Centro-Oeste - Prof. Dr. José Querino Tavares Neto - UFG - Goiás

Vice-presidente Sul - Prof. Dr. Leonel Severo Rocha - Unisinos - Rio Grande do Sul

Vice-presidente Sudeste - Profa. Dra. Rosângela Lunardelli Cavallazzi - UFRJ/PUCRio - Rio de Janeiro

Vice-presidente Nordeste - Profa. Dra. Gina Vidal Marcilio Pompeu - UNIFOR - Ceará

Representante Discente: Prof. Dra. Sinara Lacerda Andrade - UNIMAR/FEPODI - São Paulo

Conselho Fiscal:

Prof. Dr. Caio Augusto Souza Lara - ESDHC - Minas Gerais

Prof. Dr. João Marcelo de Lima Assafim - UCAM - Rio de Janeiro

Prof. Dr. José Filomeno de Moraes Filho - Ceará

Prof. Dr. Lucas Gonçalves da Silva - UFS - Sergipe

Prof. Dr. Valter Moura do Carmo - UNIMAR - São Paulo

Secretarias

Relações Institucionais:

Prof. Dra. Daniela Marques De Moraes - UNB - Distrito Federal

Prof. Dr. Horácio Wanderlei Rodrigues - UNIVEM - São Paulo

Prof. Dr. Yuri Nathan da Costa Lannes - Mackenzie - São Paulo

Comunicação:

Prof. Dr. Liton Lanes Pilau Sobrinho - UPF/Univali - Rio Grande do Sul

Profa. Dra. Maria Creusa De Araújo Borges - UFPB - Paraíba

Prof. Dr. Matheus Felipe de Castro - UNOESC - Santa Catarina

Relações Internacionais para o Continente Americano:

Prof. Dr. Heron José de Santana Gordilho - UFBA - Bahia

Prof. Dr. Jerônimo Siqueira Tybusch - UFSM - Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Paulo Roberto Barbosa Ramos - UFMA - Maranhão

Relações Internacionais para os demais Continentes:

Prof. Dr. José Barroso Filho - ENAJUM

Prof. Dr. Rubens Beçak - USP - São Paulo

Profa. Dra. Viviane Coêlho de Séllos Knoerr - Unicuritiba - Paraná

Eventos:

Prof. Dr. Antônio Carlos Diniz Murta - Fumec - Minas Gerais

Profa. Dra. Cinthia Obladen de Almendra Freitas - PUC - Paraná

Profa. Dra. Livia Gaigher Bosio Campello - UFMS - Mato Grosso do Sul

Membro Nato - Presidência anterior Prof. Dr. Raymundo Juliano Feitosa - UMICAP - Pernambuco

D597

Direitos sociais, seguridade e previdência social [Recurso eletrônico on-line] organização CONPEDI

Coordenadores: Carina Deolinda Da Silva Lopes; Marcelo Negri Soares; Maria Cristina Zainaghi – Florianópolis; CONPEDI, 2023.

Inclui bibliografia

ISBN: 978-65-5648-669-7

Modo de acesso: www.conpedi.org.br em publicações

Tema: Direito e Políticas Públicas na era digital

1. Direito – Estudo e ensino (Pós-graduação) – Encontros Nacionais. 2. Direitos sociais 3. Previdência social. VI Encontro Virtual do CONPEDI (1; 2023; Florianópolis, Brasil).

CDU: 34



VI ENCONTRO VIRTUAL DO CONPEDI

DIREITOS SOCIAIS, SEGURIDADE E PREVIDÊNCIA SOCIAL I

Apresentação

O estudo do grupo ACESSO À JUSTIÇA E SOLUÇÃO DE CONFLITOS, DIREITOS SOCIAIS, SEGURIDADE E PREVIDÊNCIA SOCIAL foi objeto do primeiro dia de apresentação de pôsteres do VI Encontro Virtual do CONPEDI, realizado no dia 20 de junho p.p.

Inicialmente, devemos ressaltar a importância do CONPEDI, continuar promovendo seus eventos, on line, para a discussão de temas de imensa relevância para todos nós, operadores do direito, permitindo assim uma maior adesão para aqueles que, eventualmente, não teriam possibilidade de participar dos eventos na sua forma presencial.

Importante, também, destacar a qualidade dos trabalhos apresentados pelos pesquisadores que engrandeceram esse encontro, trazendo questões de importância para todos os pesquisadores.

Os trabalhos apresentados, trouxeram temas instigantes para os debates. Primeiramente tivemos a apresentação da Karem Beatriz Magalhães dos Santos onde do Pará, apresentou seu pôster A implementação da justiça restaurativa no tribunal de Justiça do estado do Pará: uma análise das medidas Adotadas pelo TJPA entre 2016 a 2022 através dos atos Normativos e relatórios. Na sequência Guaraci Mozelli de Oliveira, discente da Fumec, apresentou o pôster intitulado Ativismo judicial e judicialização da política: os recorrentes equívocos cometidos pela comunidade acadêmica sobre tais fenômenos e as consequências práticas na sociedade. Lucas Gabriel Alecrim e Livia Gonçalves de Oliveira, ambos de Franca, falaram sobre o Quimerismo e gêmeos univitelinos e a inadimplência no acesso à justiça: uma visão sobre a falibilidade do exame de DNA como prova no processo. Sara Elizabeth da Silveira, em Minas Gerais, nos apresentou seu pôster intitulado Análise do CEJUSC Rio Pombense na efetividade do acesso à justiça. Rannia Tameirão Oliveira, na Paraíba, apresentou seu pôster Mediação e conciliação nas serventias extrajudiciais em face do provimento nº 67/18. De Marília, João Vitor Martim Correa Siqueira, nos trouxe o pôster O acesso à justiça e os Yanomani: entre a necropolítica e o acesso pela via processual. Fechamos então o primeiro

bloco e, após os debates continuamos os trabalhos.

Na sequência das apresentações, Everton Souza Ponce apresentou o trabalho A exigibilidade digital como obstáculo para políticas públicas. De Franca tivemos os dois pôsteres seguintes:

Liara Maria Martins, nos trouxe o tema Aposentadoria por incapacidade permanente: a inconstitucionalidade da forma de cálculo da EC 103/2019. E na sequência Amanda Guerreiro Rocha, trouxe o tema intitulado Direito à educação inclusiva no ensino básico regular brasileiro: perspectivas da lei 13.146/15, da constituição federal de 1988 e do estatuto da criança e do adolescente em Araçatuba- SP. Wagner Gustavo Piovesan Rinaldi, de Botucatu, trouxe o tema O meio ambiente do trabalho e sua proteção no ordenamento jurídico brasileiro. Do Pará Ingrid Maria Aviz de Araújo, apresentou o pôster O processo estruturante como garantia do direito à moradia digna e adequada. Finalizando as apresentações de Sobral, Wélida de Araújo Brito Luana da Silva Dias, trouxe o tema Uma análise crítica acerca das políticas assistenciais de permanência das mulheres no ensino superior.

Encerradas as apresentações, os debates nos levaram a muitos aprendizados sobre todos os temas apresentados.

Marcelo Negri Soares

Carina Deolinda Da Silva Lopes

Maria Cristina Zainaghi

UMA ANÁLISE CRÍTICA ACERCA DAS POLÍTICAS ASSISTENCIAIS DE PERMANÊNCIA DAS MULHERES NO ENSINO SUPERIOR

Wélida de Araujo Brito
Luana da Silva Dias

Resumo

a) Introdução;

O gênero como referência para a análise chama a atenção para a construção histórica e social do feminino e do masculino, especialmente dentro das relações sociais entre os sexos, que tem forte assimetria na sociedade, visualizando os movimentos de mulheres como um meio para a transformação da situação da mulher na sociedade e a conquista do direito à creche, à saúde, à contracepção e ao combate à violência contra a mulher (FARAH, 2004). Associam-se a esses movimentos, os populares em defesa de universidades públicas, gratuitas e de qualidade para a população brasileira, que pretendem conquistar uma maior democratização de oportunidades de permanência no ensino superior, por meio das políticas de assistência e de ações afirmativas no âmbito da política de educação (SANTOS; FREIRE, 2022).

Ademais, é importante perceber que o contexto em que ocorre a expansão do ensino superior é marcado pela liberalização sexual, pela abertura do regime político ditatorial e pelo ressurgimento do movimento feminista no Brasil, quando também houve um aumento da entrada das mulheres no mercado de trabalho, com a expansão dos papéis desempenhados pelo contingente feminino, antes ligado ao espaço doméstico e aos afazeres do lar. (GUEDES, 2008). Nesse sentido, destaca-se também a Conferência Mundial sobre as Mulheres de Beijing, em 1995, quando os movimentos e entidades de mulheres passaram a defender a proposta de que as políticas de combate à pobreza e outras políticas sociais tivessem as mulheres como alvo prioritário, observando, sobretudo, que as mulheres dos países em desenvolvimento acabam sendo as maiores atingidas pela intensificação da pobreza a partir dos anos 80 (FARAH, 2004).

b) Problema de pesquisa;

A entrada decisiva das mulheres nos espaços públicos é um fenômeno recente, uma vez que passou a ocorrer, tanto nas instituições escolares quanto no mercado de trabalho há menos de 100 anos (RICOLDI; ARTES, 2016). Por ser um fenômeno recente, apesar de serem enquadradas no que os estudiosos entendem por longevidade escolar, ainda não há o desenvolvimento de políticas efetivas de garantia de uma conjuntura de sucesso ou permanência das mulheres no ensino superior, haja vista que as múltiplas jornadas que caracterizam as vivências das mulheres, as impedem de ter uma imersão total em todos os

segmentos da vida, podendo ser agravadas, ainda, por condições materiais de existência precárias e por uma economia doméstica instável, ocasionando uma relação de tensão e contradição entre os sujeitos das camadas populares, sobretudo as mulheres e a universidade. (ÁVILA; PORTES, 2012)

c) Objetivo;

Tem-se como objetivo promover, através da inter-relação entre a Emancipação feminina e as políticas educacionais, um processo investigativo acerca da permanência das mulheres ao ensino superior, partindo do pressuposto de que elas se encontram em situação de maior opressão, além de buscar entender como o ambiente social constrói a identidade das mulheres e como a vulnerabilidade de gênero interfere diretamente nos índices de permanência no âmbito acadêmico.

d) Método;

Trata-se de uma pesquisa de natureza básica, feita com a finalidade de abordar a permanência das mulheres no ensino superior. O método utilizado é o indutivo, uma vez que partiu de premissas particulares, como a construção da identidade das mulheres e a desigualdade de gênero para a geral de que uma série de fatores acarreta na dificuldade de permanência aos espaços acadêmicos. Ademais, o objetivo de estudo é o explicativo, o procedimento utilizado é o teórico-bibliográfico e documental, tendo em vista que foram utilizados artigos publicados nas plataformas Scielo, Capes e Google Acadêmico e a abordagem se dá através da complementariedade entre o âmbito qualitativo e quantitativo, visando analisar e elucidar o relacionamento das mulheres com a Instituição familiar, social e, sobretudo, educacional, por meio de uma interpretação dinâmica da realidade (LOPES, 2018).

e) Resultados alcançados;

A assistência estudantil se constitui como uma forma de organização dos serviços de apoio discente e de iniciativas para a democratização do acesso ao ensino superior e o favorecimento da permanência do estudante na Universidade (RAMALHO, 2013). Esses serviços, como o de Psicologia, o Pedagógico e Social, são espaços de acolhimento e escuta que visam orientar os estudantes nas questões sociais e individuais que dificultam sua permanência no curso (SANTOS; FREIRE, 2022) Ressalta-se que os auxílios estão diretamente relacionados às condições sociais e econômicas antecedentes ao ingresso no ensino superior, demonstradas no perfil das estudantes e na ocupação de determinadas áreas da graduação e tem uma considerável repercussão na taxa de assistência estudantil e na permanência, ocasionando em índices significativamente maiores de permanência entre as estudantes beneficiárias (ARAUJO; ANDRIOLA; CAVALCANTE, 2019).

Percebe-se, ainda, que essas políticas têm um importante papel no intento de propiciar os mecanismos de desenvolvimento da aprendizagem, de prevenção de condições de risco, de fomento da participação nos espaços dentro do ambiente universitário e, principalmente, no exercício, com consciência, da identidade como ser social (SOUZA, 2017). Sobre a permanência no ensino superior, assevera-se que:

[...] instituídas a partir da proposta de democratização de oportunidades de acesso e permanência ao ensino superior, as políticas de assistência estudantil e de ações afirmativas estão inseridas no âmbito da política de educação, cujas origens se reportam às reivindicações dos movimentos sociais pelos direitos humanos, dentre os quais o direito à educação que aparece inscrito nas lutas dos movimentos populares em defesa de escolas e universidades públicas, gratuitas e de qualidade para a população brasileira. Assim, entende-se que o direito à cidadania está ligado ao direito à educação em todos os seus níveis – da Educação Básica ao Ensino Superior –, visto que ambas fazem parte do processo de formação humana e de desenvolvimento de uma nação (SANTOS; FREIRE, 2022, p. 262).

Desse modo, é importante observar que essa análise deve ser realizada sempre atrelada aos condicionantes sociais, como a situação de moradia, o número de filhos, as despesas familiares, o recebimento de outros programas sociais, as possíveis deficiências das mulheres e de membros da família e a fragilidade dos vínculos familiares e, por isso, é fundamental que, como política social pública, os programas de assistência sejam defendidos, sobretudo como uma forma de viabilização dos direitos (SOUZA, 2017).

Palavras-chave: Mulher, Ensino Superior, Permanência

Referências

ARAÚJO, Sandy Andreza de Lavor; ANDRIOLA, Wagner Bandeira; CAVALCANTE, Sueli Maria de Araújo; CHAGAS, Denise Maria Moreira. Efetividade da assistência estudantil para garantir a permanência discente no ensino superior público brasileiro. Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas), [S.L.], v. 24, n. 3, p. 722-743, dez. 2019. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s1414-40772019000300009>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/aval/a/CW7CvT8tqBYZs5wWp8V7WFs/?lang=pt>. Acesso em: 07 abr. 2023.

ÁVILA, Rebeca Contrera; PORTES, Écio Antônio. A tríplice jornada de mulheres pobres na universidade pública: trabalho doméstico, trabalho remunerado e estudos. Revista Estudos Feministas, [S.L.], v. 20, n. 3, p. 809-832, dez. 2012. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-026x2012000300011>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/5dt5spzRWMYjrrRVB4dcsmj/?lang=pt>. Acesso em: 07 abr. 2023.

FARAH, Marta Ferreira Santos. Gênero e políticas públicas. Revista Estudos Feministas, [S.L.], v. 12, n. 1, p. 47-71, abr. 2004. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-026x2004000100004>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/T3X8zdDGn5DZbcjxTLjcyKM/?lang=pt>. Acesso em: 07 abr. 2023.

GUEDES, Moema de Castro. A presença feminina nos cursos universitários e nas pós-graduações: desconstruindo a idéia da universidade como espaço masculino. História, Ciências, Saúde-Manguinhos, [S.L.], v. 15, n. , p. 117-132, 2008. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-59702008000500006>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/hcsm/a/tPvR4dWz5GzGCgn4c6GCZHp/?lang=pt>. Acesso em: 07 abr. 2023.

LOPES, Flávia Augusta Santos de Melo. Mulheres com deficiência no ensino superior: tendências a partir de trajetórias no contexto da universidade pública. Tese de Doutorado em Serviço Social, Universidade Federal de Pernambuco. Centro de Ciências Sociais e Aplicadas, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/33463> Acesso em: 07 abr. 2023.

RAMALHO, Ludimila Eleonora Gomes. Abordagem avaliativa da política de assistência estudantil em uma instituição de ensino profissional. 2013 Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, 2013. Disponível em: Disponível em: <http://www.mestrado.caedufjf.net/wp-content/uploads/2014/02/dissertacao-2011-ludmila-eleonora-gomes-ramalho.pdf> Acesso em: 07. abr. 2023.

RICOLDI, Arlene; ARTES, Amélia. Mulheres no ensino superior brasileiro: espaço garantido e novos desafios. Ex Aequo - Revista da Associação Portuguesa de Estudos Sobre As Mulheres, [S.L.], n. 33, p. 1, 1 jun. 2016. Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres - APEM. <http://dx.doi.org/10.22355/exaequo.2016.33.10>. Disponível em: <https://exaequo.apem-estudos.org/artigo/33-mulheres-no-ensino-superior-brasileiro-espaco-garantido-e-nov>. Acesso em: 07 abr. 2023.

SANTOS, Silvano Messias dos; FREIRE, Rebeca Sobral. Acesso e permanência na educação superior como direito: sobre os impactos das políticas de assistência estudantil e ações afirmativas na ufob. Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas), [S.L.], v. 27, n. 2, p. 260-280, ago. 2022. FapUNIFESP (SciELO).

SOUZA, Jacqueline Domiense Almeida de. 2017 Na travessia: assistência estudantil da educação Profissional. As interfaces das políticas de assistência social e educação.

Dissertação (Mestrado em Política Social) - Universidade de Brasília, 2017. Disponível em:
Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/23610> Acesso em: 07. abr. 2023.